

EDITAL CCDTO N.º 01/2014

ABRE AO CORPO DISCENTE DO CURSO DE DIREITO, BACHARELADO, O PERÍODO PARA INSCRIÇÕES NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA – PEA.

O Coordenador do Curso de Direito da FAE Centro Universitário, observando os dispositivos da Resolução CONSEPE n.º 06/2012, de 02 de maio de 2012, baixa o seguinte

E D I T A L

Art. 1º Fica aberto ao corpo discente do Curso de Direito, bacharelado, da FAE Centro Universitário o período para inscrições no Programa de Excelência Acadêmica, adiante denominado PEA: de 22 de setembro a 10 de outubro de 2014.

§1º Para o PEA serão ofertadas o total de (02) duas vagas:

CURSO	N.º VAGAS
<i>Direito – matutino/noturno/transferência externa</i>	02

§2º As vagas disponíveis ao PEA atenderão atividades desenvolvidas pelo Programa Institucional de Monitoria, Núcleo de Prática Jurídica e Grupos de Pesquisa vinculados ao Curso de Direito, bacharelado, da FAE Centro Universitário.

Art. 2º Para participar e inscrever-se no PEA, o discente deverá observar os requisitos a seguir e apresentar os seguintes documentos no ato da inscrição:

- I. estar regularmente matriculado no Curso de Direito, bacharelado, da FAE Centro Universitário ou Instituição de Ensino do Direito reconhecida pelo MEC;
- II. ter cursado carga horária mínima de 1.800 (um mil e oitocentas) horas de disciplinas curriculares;
- III. apresentar declaração escrita sobre a disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais, no horário extracurricular, para participar das atividades;
- IV. apresentar histórico escolar da graduação original e atualizado (incluindo: dados do vestibular, carga horária por disciplina, semestre, ano, médias ou conceitos de aprovação e frequência) e comprovante de matrícula;
- V. aos discentes externos à FAE Centro Universitário, no concernente ao aproveitamento de disciplinas cursadas, serão respeitadas as normativas relacionadas ao processo para transferência externa institucional em vigência na data da inscrição.

§1º O discente assume total responsabilidade pelas informações prestadas no formulário de inscrição e pelas consequências de eventuais erros ou omissões no preenchimento de qualquer de seus campos.

§2º A inexatidão ou irregularidade das informações prestadas ou dos documentos apresentados importará a eliminação do discente, em qualquer fase do processo seletivo, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, cível ou penal cabíveis.

Art. 3º Poderão inscrever-se no Processo Seletivo os candidatos que tenham vinculação em curso de Direito, bacharelado, em Instituição de Ensino Superior, oficialmente autorizado, conforme documentação a ser fornecida, nos termos do presente Edital.

Art. 4º O conhecimento de todas as informações contidas neste Edital e os demais regulamentos são de inteira responsabilidade do discente.

Art. 5º Poderá ser excluído o discente que não atender a qualquer um dos requisitos necessários para o preenchimento das vagas ofertadas neste edital.

Art. 6º Não será aceita inscrição condicionada e/ou extemporânea ou efetuada pelo correio ou similar.

Parágrafo único. A inscrição em desacordo com este Edital será anulada em qualquer fase do processo seletivo e implicará na exclusão do nome do discente da relação dos aprovados e a perda dos direitos decorrentes, mesmo que já tenha ocorrido a homologação do resultado final.

Art. 7º Discentes externos à FAE Centro Universitário deverão juntar os planos de ensino (com ementário) das disciplinas já cursadas em curso de Direito, bacharelado, devidamente reconhecido.

Parágrafo único. Não serão aceitos documentos emitidos por via eletrônica, ilegíveis, bem como fora do prazo estabelecido.

Art. 8º O processo de seleção para escolha dos integrantes do PEA observará os seguintes critérios, procedimentos e requisitos para inscrição:

- I. preenchimento da ficha de inscrição por meio de formulário de inscrição junto à Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, formalizando a participação no processo seletivo no período de 22 de setembro a 10 de outubro de 2014;
- II. participar da apresentação do PEA no dia 17 de novembro de 2014 às 18h, no *Campus* Centro, Prédio I, localizado na Rua 24 de Maio, 135 – Centro.

Art. 9º O Processo Seletivo será composto por 03 (três) fases:

- I. prova escrita, de caráter eliminatório;

- II. submissão do candidato à Banca Examinadora;
- III. análise curricular.

Art. 10. O Processo Seletivo deverá considerar o que segue:

- I. Prova escrita:
 - a) os discentes realizarão prova escrita composta por 40 (quarenta) questões objetivas e 04 (quatro) questões discursivas, abrangendo conteúdo específico de acordo com o previsto no Anexo I, com caráter classificatório;
 - b) para as questões objetivas, cada resposta certa equivalerá a 01 (um) ponto, com pontuação máxima de 40 (quarenta) pontos;
 - c) para as questões discursivas, cada resposta certa equivalerá a 15 (quinze) pontos, com pontuação máxima de 60 (sessenta) pontos;
 - d) o discente somente poderá ausentar-se do local da prova depois de decorrida 01 (uma) hora do seu início.
- II. Banca Examinadora:
 - a) os membros da Banca Examinadora serão definidos pela Coordenação do Curso em número não inferior a 03 (três) docentes da FAE Centro Universitário e em número não superior a 05 (cinco) docentes desta Instituição;
 - b) os discentes serão avaliados por Banca Examinadora que os submeterá às questões relacionadas às informações prestadas para a fase de análise curricular e relacionadas ao conteúdo específico de acordo com o previsto no Anexo I, com caráter classificatório;
 - c) os discentes serão avaliados e graduados segundo média das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora, sendo que as notas deverão respeitar o limite de 100 (cem) pontos;
 - d) no dia da avaliação da Banca Examinadora o discente tomará ciência sobre a obrigatoriedade de exercício nas atividades relacionadas aos Programa Institucional de Monitoria, Núcleo de Prática Jurídica e Grupos de Pesquisa vinculados ao Curso de Direito, bacharelado, através de proposta de Plano de Estudos a ser apresentada pela Banca Examinadora.
- III. Para a fase de Análise Curricular:
 - a) a análise curricular será realizada durante a avaliação pela Banca Examinadora;
 - b) para análise curricular serão consideradas as atividades curriculares, complementares e extracurriculares realizadas pelo discente, assim como média global e frequência;
 - c) a carga-horária mínima para avaliação curricular efetivamente cursada é de 1.800 (um mil e oitocentas) horas de disciplinas regulares;
 - d) será desclassificado o candidato cuja análise curricular resultar em enquadramento em períodos sem vagas disponíveis ou não mencionados neste Edital;

- e) o currículo dos discentes será avaliado pela Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, ou por professor membro do corpo docente da FAE Centro Universitário a ser indicado pela Coordenação de Curso, sendo que a nota a ser atribuída deverá respeitar o limite de 100 (cem) pontos.
- V. Data e Local do Processo Seletivo:
- a) a prova escrita será realizada 18 de outubro de 2014 às 08h, no *Campus* Centro, Prédio I localizado na Rua 24 de Maio, 135 – Centro, com duração de 04 (quatro) horas;
 - b) as portas do local de realização das provas serão fechadas 20 (vinte) minutos antes de seu início, sendo os relógios da Coordenação do Processo Seletivo acertados pelo horário de Brasília/DF;
 - c) a avaliação perante Banca examinadora será realizada no dia 25 de outubro de 2014 às 08h, no *Campus* Centro, Prédio I, localizado na Rua 24 de Maio, 135 – Centro, com duração de 30 (minutos) para cada candidato.

Art. 11. A relação dos discentes selecionados ao PEA será publicada em Edital da Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, no dia 07 de novembro de 2014.

Art. 12. Após a realização das fases anteriores e a divulgação do resultado, os candidatos serão convocados pela Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, e pela Coordenação do PEA para ter ciência do Plano de Estudos elaborado para o prazo de vigência da Bolsa de Excelência concedida.

§1º A não aceitação do Plano de Estudos apresentado pela Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, e pela Coordenação do PEA implicará na desclassificação imediata do discente do Programa de Excelência Acadêmica.

§2º O preenchimento de vaga remanescente fica a critério exclusivo dos membros da Banca Examinadora.

Art. 13. Os discentes aprovados serão contemplados com as Bolsas de Excelência dispostas nesse Edital, e terão vigência pelo período de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses, conforme definido pela Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, e pela Coordenação do PEA de acordo com a quantidade de disciplinas a cursar na FAE Centro Universitário.

Art. 14 Os discentes aprovados poderão ser excluídos do PEA nas seguintes hipóteses:

- I. caso venham a reprovar em qualquer disciplina durante a vigência da bolsa;
- II. não respeitem o plano de estudos previamente definido;
- III. não participem efetivamente das atividades relacionadas no presente Edital;
- IV. recebam quaisquer sanções disciplinares.

Art. 15. Casos omissos serão resolvidos pelas Coordenações do Curso de Direito, bacharelado, e pela Coordenação do PEA.

Art. 16. Dê-se ciência aos interessados e a quem de direito para que o presente produza seus efeitos.

Publique-se.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.

Karlo Messa Vettorazzi
Coordenador do Curso de Direito, bacharelado

ANEXO I – Conteúdo Programático

TEORIA GERAL DO DIREITO

1 AS CORRENTES DO PENSAMENTO JURÍDICO E AS NECESSIDADES ATUAIS

- 1.1 Conceito tridimensional de Direito (Miguel Reale)
- 1.2 Direito Positivo (a Codificação)
- 1.3 Direito Objetivo e Direito Subjetivo
- 1.4 Direito Público e Direito Privado
- 1.5 A Constitucionalização do Direito Privado
- 1.6 A definição dos Direitos dos Homens, dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais
- 1.6.1 A classificação dos Direitos Fundamentais

2 RELAÇÃO JURÍDICA

- 2.1 Sujeito
- 2.2 Objeto
- 2.3 Nascimento
- 2.3.1 Fatos e atos jurídicos
- 2.3.2 Ato ilícito e a responsabilidade civil
- 2.3.3 Abuso do direito

3 FONTES DO DIREITO

- 3.1 Classificação
- 3.1.1 Fontes formais e fontes materiais
- 3.1.2 Fontes estatais e fontes não estatais
- 3.2 Legislação
- 3.3 Jurisprudência
- 3.4 Costume jurídico
- 3.5 Doutrina jurídica

4 MEIOS DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO

- 4.1 Princípios gerais do Direito
- 4.2 Analogia
- 4.2.1 Analogia *legis*
- 4.2.2 Analogia *iuris*
- 4.3 Equidade

5 NORMA JURÍDICA

- 5.1 Validade
- 5.2 Vigência
- 5.2.1 Vigência do tempo
- 5.2.3 Vigência no espaço
- 5.3 Eficácia
- 5.3.1 Eficácia social e eficácia jurídica

6 HERMENÊUTICA

- 6.1 Interpretação jurídica e subsunção
- 6.2 Regras de interpretação jurídica
- 6.3 Efeitos do ato interpretativo
- 6.4 Correção do Direito e antinomia jurídica

6.5 Conceito jurídico indeterminado e a Cláusula geral

6.6 Princípio da boa-fé objetiva

TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA

1 CONCEITO DE CIÊNCIA

1.1 A Ciência Política e seu objeto de estudo

1.2 A correlação entre a Ciência Política e o Direito

2 O ESTADO: CONCEITOS E PROCESSO DE FORMAÇÃO

2.1 Platão e Aristóteles

2.2 Santo Agostinho

2.3 Maquiavel

2.4 Hobbes

2.5 Locke

2.6 Rousseau

2.7 Marx e Engels

2.8 Max Weber

2.9 Pensadores contemporâneos

3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTADO

3.1 Povo

3.2 Território

3.3 Poder: legalidade e legitimidade

3.3.1 Formas de governo: aristocracia, monarquia, democracia

3.3.2 Parlamentarismo e presidencialismo

3.3.3 Sistema legal: poder constituinte e poder constituído

3.3.4 Os três poderes

3.4 Formas de Estado: unitário, união de estados, federação

3.5 Soberania

3.6 Regime totalitário e regime democrático

DIREITO CIVIL - TEORIA GERAL

1 FATOS JURÍDICOS

1.1 Noção geral

1.2 Características

1.3 Importância da sua regulação pelo Direito Civil.

2 ATOS JURÍDICOS

2.1 Noção geral

2.2 Características

2.3 Classificação

2.4 Atos jurídicos lícitos e atos jurídicos ilícitos

2.5 Diferenças entre os atos jurídicos e os negócios jurídicos.

3 NEGÓCIOS JURÍDICOS

3.1 Noção geral

3.2 Elementos essenciais-capacidade

- 3.3 Objeto e forma
- 3.4 Elementos acidentais-condição
- 3.5 Termo e encargo ou modo
- 3.6 Inexistência dos negócios jurídicos
- 3.7 Hipóteses-falta de elementos conceituais
- 3.8 Invalidade dos negócios jurídicos
 - 3.8.1 Hipóteses de nulidade dos negócios jurídicos
 - 3.8.2 Hipóteses de anulabilidade dos negócios jurídicos e sua diferenciação
- 3.9 Ineficácia do negócio jurídico
 - 3.9.1 hipóteses.

4 ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS

- 4.1 Responsabilidade civil.
- 4.2 Abuso de direito
 - 4.2.1 Conceto
 - 4.2.2 Caracterização
- 4.3 Excludentes da ilicitude dos atos jurídicos.

5 EXTINÇÃO DE DIREITOS

- 5.1 Prescrição-noção geral
- 5.2 Características
- 5.3 Prazos prescricionais
- 5.4 Decadência
 - 5.4.1 Noção geral
 - 5.4.2 Características
 - 5.4.3 Prazos decadenciais
- 5.5 Renúncia a direitos
- 5.6 Noção geral
- 5.7 Hipóteses de renúncia a direitos.

6 FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

- 6.1 Disciplina legal
- 6.2 Importância do atendimento à forma
- 6.3 As formas de se proceder à comprovação dos negócios jurídicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1 A HISTÓRIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1.1 Os modelos de constituição
- 1.2 Matriz inglesa, americana e francesa
- 1.3 O sistema brasileiro

2 O CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO E DIREITO CONSTITUCIONAL

- 2.1 Ferdinand Lassale
- 2.2 Hans Kelsen
- 2.3 Carl Simidt
- 2.4 Konrad Hesse

3 O PODER CONSTITUINTE E O PODER CONSTITUÍDO

- 3.1 Emmanuel J. Sieyès

3.1 Os problemas da titularidade

4 AS NORMAS CONSTITUCIONAIS

5 OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

5.1 Os princípios constitucionais

DIREITO PENAL – SISTEMA PENAL

1 A CIÊNCIA PENAL

1.1 Conceito de Direito penal e ciência penal.

1.2 Considerações sobre aspectos do conhecimento penal.

1.3 As relações entre dogmática, criminologia, política criminal e outros aspectos do conhecimento penal.

2 A CRIMINOLOGIA CLÁSSICA E SOCIOLÓGICA

3 CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA AO SISTEMA PENAL

4 DIREITO PENAL E CONTROLE SOCIAL

4.1 Discriminação e controle social penal.

5 FUNÇÕES E MISSÕES DO DIREITO PENAL

5.1 A proteção de bens jurídicos e a violação de dever.

5.2 Função simbólica do Direito penal.

6 BEM JURÍDICO COMO CATEGORIA PENAL

7 A NORMA PENAL

7.1 Conteúdo

7.2 Estrutura.

8 NORMA PENAL EM BRANCO E BEM JURÍDICO

9 LIMITES DO DIREITO PENAL

9.1 Direito penal e Estado social e democrático de Direito

9.2 Norma e princípio: conflitos e soluções.

10 O PRINCÍPIO DE LEGALIDADE

11 O PRINCÍPIO DE CULPABILIDADE

12 O PRINCÍPIO DE INTERVENÇÃO MÍNIMA

13 PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

13.1 Monismo e dualismo nas conseqüências jurídicas do delito.

HISTÓRIA DO DIREITO

1 PROPEDEÚTICA: CIÊNCIA E DIREITO

- 1.1 História e interdisciplinaridade
 - 1.1.1 Direito e História
- 1.2 Idealismo alemão e escola metódica
 - 1.2.1 Pressupostos socioepistemológicos
 - 1.2.2 Fundamentos filosóficos
 - 1.2.3 Características
 - 1.2.4 História tradicional
 - 1.2.5 História do Direito
- 1.3 Escola de Annales
 - 1.3.1 Fases
 - 1.3.2 Conteúdos programáticos do movimento
 - 1.3.3 Escola de Annales e a história do Direito
- 1.4 Marxismo
 - 1.4.1 Marxismo e história
 - 1.4.2 Pressupostos da historiografia marxista
 - 1.4.3 Marxismo e história do Direito
- 1.5 Teoria crítica e Escola de Frankfurt
 - 1.5.1 Fases e programas
 - 1.5.2 Teoria benjaminiana da história e historiografia: a “história dos vencidos” e a história do Direito

2 HISTÓRIA DO DIREITO

- 2.1 Direito antigo
 - 2.1.1 Direito romano e medieval: Direito romano e construções jurídico-medievais
 - 2.1.2 A recepção da noção romana *auctoritas* pelo Direito medieval
 - 2.1.3 Principais linhas do Direito medieval
 - 2.1.4 Direito canônico
 - 2.1.5 Direito comum
- 2.2 Direito moderno
 - 2.2.1 A formação do moderno
 - 2.2.2 A subjetividade moderna
 - 2.2.3 Racionalidade moderna e Direito
 - 2.2.4 Formação dos Estados nacionais modernos e o Direito
 - 2.2.5 Jusnaturalismo moderno
 - 2.2.6 A sociedade moderna e as teorizações político-jurídicas contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau
- 2.3 O Iluminismo, as Revoluções Burguesas e o pensamento político-jurídico burguês
 - 2.3.1 A crítica do Direito e da política burguesa: o marxismo e o pós-marxismo
- 2.4 Direito contemporâneo e pós-moderno
 - 2.4.1 Juspositivismo
 - 2.4.2 Cientificismo, codificações e formalismo
 - 2.4.3 Direito e século XX
 - 2.4.4 O Estado Social e sua ordem jurídica
 - 2.4.5 A crise do Estado de bem-estar e o Direito
 - 2.4.6 A crise e a crítica da modernidade
 - 2.4.7 Crise paradigmática, globalização e Direito

DIREITO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1 DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- 1.1 Noção geral
- 1.2 Características
- 1.3 Princípios informadores
- 1.4 Natureza jurídica

2 ELEMENTOS DA OBRIGAÇÃO

- 2.1 Sujeitos
- 2.2 Objeto e vínculo jurídico
- 2.2.1 Teorias sobre a constituição do vínculo jurídico

3 CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 3.1 Obrigações naturais-conceito
- 3.2 Diferenças com as obrigações civis
- 3.3 Diferenças com as obrigações morais
- 3.4 Obrigações de dar-conceito
- 3.5 Espécies
- 3.6 Características e disciplina legal
- 3.7 Obrigações de fazer e não fazer-conceito
- 3.8 Espécies
- 3.9 Características e disciplina legal
- 3.10 Obrigações alternativas
- 3.11 Obrigações facultativas
- 3.12 Obrigações divisíveis e indivisíveis
- 3.13 Obrigações solidárias
- 3.13.1 Conceito
- 3.13.2 Espécies
- 3.13.3 Características
- 3.13.4 Disciplina legal

4 EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1 Dever de cumprir do sujeito passivo e direito de receber do sujeito ativo

5 EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 5.1 Pagamento como forma de extinção das obrigações e suas diferenças com o adimplemento
- 5.2 Outras formas de extinção das obrigações
- 5.2.1 Com pagamento-consignação em pagamento
- 5.2.2 Pagamento com sub-rogação
- 5.2.3 Imputação do pagamento
- 5.2.4 Dação em pagamento
- 5.2.5 E sem pagamento-noção
- 5.2.6 Compensação
- 5.2.7 Confusão
- 5.2.8 Remis-são
- 5.2.9 Transação

6 CONSEQÜÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

- 6.1 Noções gerais
- 6.2 Mora

- 6.3 Perdas e danos
- 6.4 Juros
- 6.5 Cláusula penal
- 6.6 Arras
- 6.7 Correção monetária

7 TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 7.1 Noção geral
- 7.2 Obrigações não passíveis de transmissão
- 7.3 Cessão de crédito
- 7.4 Assunção de dívida

DIREITO CONSTITUCIONAL - TUTELA CONSTITUCIONAL

- 1 HABEAS CORPUS
- 2 HABEAS DATA
- 3 MANDADO DE SEGURANÇA
- 4 MANDADO DE INJUNÇÃO
- 6 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E SUAS ESPÉCIES
- 7 A AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE
- 8 A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE
- 9 A AÇÃO POPULAR
- 10 A AÇÃO CIVIL PÚBLICA

DIREITO PENAL – TEORIA DO DELITO

1 NOÇÕES GERAIS

- 1.1 Conceito de delito
- 1.2 Lei penal no tempo e no espaço.
- 1.3 Noções gerais sobre sistema de imputação.

2 TEORIAS DA AÇÃO

- 2.1 Função do conceito de ação em Direito penal.
- 2.2 A ação e a omissão.
- 2.3 Desvalor de ação
- 2.4 Desvalor de resultado
- 2.5 Relação de causalidade
- 2.6 O dano e o perigo e sua relação com o bem jurídico.

3 IMPUTAÇÃO OBJETIVA

4 TIPICIDADE

- 4.1 Elementos objetivos, normativos e subjetivos dos tipos.
- 4.2 Congruência e incongruência dos tipos.
- 4.3 Classificações dos tipos.
 - 4.3.1 Tipo doloso de ação.
 - 4.3.1.1 Elementos do tipo doloso.
 - 4.3.1.2 As teorias sobre o dolo.
 - 4.3.2 Tipo imprudente.

- 4.3.3 Tipo omissivo.
- 4.4 Tipicidade formal e material.
- 4.5 Tipicidade conglobante.

5 ANTIJURIDICIDADE

- 5.1 Antijuridicidade formal e material.
- 5.2 Teorias tripartida e bipartida do delito.
- 5.3 A teoria dos elementos negativos do tipo.
- 5.4 Antijuridicidade como espaço de resolução de conflitos.

6 CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO

- 6.1 Os elementos:
 - 6.1.1 Da legítima defesa
 - 6.1.2 Do estado de necessidade
 - 6.1.3 Do estrito cumprimento de um dever legal
 - 6.1.4 Do exercício regular de um Direito.

7 CULPABILIDADE

- 7.1 Conceito
- 7.2 Fundamentos e evolução histórica.
- 7.3 A co-culpabilidade.
- 7.4 Imputabilidade.
- 7.5 *Actio libera in causa*.
- 7.6 Emoção, paixão e embriaguez.
- 7.7 Potencial consciência da ilicitude.
- 7.8 Referências à teoria do erro.
- 7.9 O desconhecimento da lei e da ilicitude.
- 7.10 Exigibilidade de conduta diversa.
- 7.11 Limites entre justificação e exculpação.

8 TEORIAS SOBRE O ERRO

- 8.1 Teorias do dolo e teorias da culpabilidade.
- 8.2 Erro essencial.
- 8.3 O erro de tipo.
- 8.4 O erro de proibição.

9 DESCRIMINANTES PUTATIVAS

- 9.1 O erro sobre as causas de justificação.
- 9.2 Erro acidental.

10 O ITER CRIMINIS

- 10.1 A tentativa de delito.
- 10.2 Fundamentos e justificativa.

11 DELITO PUTATIVO

- 11.1 Crime impossível
- 11.2 Desistência voluntária
- 11.3 Arrependimento eficaz.
- 11.4 O crime impossível.

12 CONCURSO DE PESSOAS

- 12.1 Teorias
- 12.2 Formas de autoria
- 12.3 A autoria em aparatos de poder organizados
- 12.4 A questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

13 PARTICIPAÇÃO

- 13.1 Modalidades
- 13.2 A questão da assessoriedade
- 13.3 Participação dolosamente distinta
- 13.4 Participação em cadeia e participação de participação.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1 HISTÓRICO

- 1.1 Direito Material
- 1.2 Direito processual.
- 1.3 Direito Privado
- 1.4 Direito Público.

2 NORMAS JURÍDICAS E PROCESSUAIS

- 2.1 Classificação das normas jurídicas
 - 2.1,1 Quanto ao grau de obrigatoriedade das normas jurídicas e quanto à natureza das regras jurídicas.
 - 2.1.2 Características das normas processuais.
 - 2.1.3 Autonomia epistemológica do direito processual civil.

3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS

- 3.1 Informativos
 - 3.1.1 Lógico
 - 3.1.2 Jurídico
 - 3.1.3 Político
 - 3.1.4 Econômico.

4 JURISDIÇÃO E ESTADO DE DIREITO

- 4.1 Divisão da jurisdição.

5 AÇÃO

- 5.1 Conceito e teorias sobre o direito de ação
 - 5.1.1 Elementos identificadores da ação.
- 5.2 Condições da ação
 - 5.2.1 Interesse processual
 - 5.2.2 Legitimidade das partes e possibilidade jurídica do pedido.
- 5.3 Classificação das ações
 - 5.3.1 Declaratórias
 - 5.3.2 Condenatórias
 - 5.3.3 Constitutivas
 - 5.3.4 Mandamentais e executivas.

6 PROCESSO E PROCEDIMENTO

- 6.1 Relação jurídica processual.

6.2 Tipos de processo

6.2.1 Conhecimento

6.2.2 De execução

6.2.3 Cautelar.

7 COMPETÊNCIA

7.1 Conceito

7.2 Critérios para definição de competência

7.3 Competência relativa e absoluta

7.4 Causas Modificativas da competência

7.5 Conexão, contingência e prevenção.

8 ATOS PROCESSUAIS

8.1 Conceito

8.2 Classificação

8.3 Forma

8.4 Publicidade

8.5 Classificação

8.6 Atos das partes, do juiz e do escrivão

8.7 Pressupostos processuais:

8.7.1 De existência, de validade e negativos

9 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

9.1 Assistência Simples e Litisconsorcial

9.2 Oposição, Nomeação à Autoria

9.3 Chamamento ao Processo

9.4 Denúnciação à Lide.

DIREITO EMPRESARIAL - TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

1 EVOLUÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL

1.1 o comércio na Antiguidade

1.2 Idade Média

1.3 Sistema Francês

1.4 Sistema Italiano.

2 O DIREITO DA EMPRESA

2.1 noção geral dos tipos de organizações com fins lucrativos

2.2 Conceito de Empresário

2.3 Autônomo

2.4 Sociedade Simples e Sociedade Empresária

2.5 Elemento de Empresa

2.6 Atividades agrícolas

2.7 o empresário rural.

3 DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE EMPRESA

3.1 Empresa e sociedade

3.2 Responsabilidade limitada

3.3 Ilimitada

3.4 Solidária

3.5 Subsidiária.

4 CAPACIDADE PARA SER EMPRESÁRIO

- 4.1 noção geral sobre capacidade civil
- 4.2 maioria civil
- 4.3 incapacidade absoluta e relativa
- 4.4 emancipação
- 4.5 sucessão de empresa por incapaz.

5 REGISTRO DE EMPRESA

- 5.1 órgãos do registro de empresas
- 5.2 Atos, procedimentos e regimes
- 5.3 Inatividade da empresa
- 5.4 Consequências da falta de registro e escrituração.

6 NOME EMPRESARIAL

- 6.1 conceito de firma e denominação
- 6.2 Tipos societários e nomes a serem utilizados
- 6.3 Consequências jurídicas da utilização do nome empresarial. Diferença entre nome empresarial, marca e título do estabelecimento.

7 ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

- 7.1 conceito, trespasse, cláusula de não-restabelecimento
- 7.2 Proteção ao Ponto
- 7.3 locação empresarial e Ação Renovatória.

8 DISCIPLINA JURÍDICA DA CONCORRÊNCIA

- 8.1 Livre Iniciativa
- 8.2 Concorrência Desleal: específica e genérica.
- 8.3 Abuso de Poder: Caracterização da Infração à Ordem Econômica.
- 8.4 Atribuições e Procedimento adotados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

9 A ATIVIDADE EMPRESARIAL E A QUALIDADE DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

- 9.1 A atividade empresarial e a publicidade.

DIREITO CIVIL - DIREITO DOS CONTRATOS

1 CONTRATOS

- 1.1 Noção geral e histórico.
- 1.2 Princípios do direito contratual
 - 1.2.1 Autonomia da vontade
 - 1.2.2 Autonomia privada
 - 1.2.3 Boa-fé subjetiva
 - 1.2.4 Boa-fé objetiva
 - 1.2.5 Dirigismo contratual
 - 1.2.6 Confiança
 - 1.2.7 Transparência
 - 1.2.8 Consensualismo

- 1.3 Função social do contrato
 - 1.3.1 Noção geral
 - 1.3.2 Caracterização
 - 1.3.3 Sanções pelo descumprimento
- 1.4 Revisão do contrato
 - 1.4.1 Noção geral
 - 1.4.2 Hipóteses de revisão no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor

2 FORMAÇÃO DO CONTRATO

- 2.1 Noção geral
- 2.2 Negociações preliminares ou tratativas contratuais
- 2.3 Responsabilidade civil pré-contratual
- 2.4 Proposta-conceito
- 2.5 Obrigatoriedade e suas exceções
- 2.6 Aceitação
 - 2.6.1 Ação geral
 - 2.6.2 Características
- 2.7 Lugar e tempo da formação do contrato

3 CLASSIFICAÇÃO DO CONTRATO

- 3.1 Noção geral
- 3.2 Contratos bilaterais e unilaterais
- 3.3 onerosos e gratuitos
- 3.4 consensuais e reais
- 3.5 comutativos e aleatórios
- 3.6 típicos e atípicos
- 3.7 preliminares e definitivos
- 3.8 primitivos e derivados
- 3.9 instantâneos e de duração
- 3.10 execução imediata e de execução diferida
- 3.11 solenes e não solenes

4 EVICÇÃO

- 4.1 Conceito
- 4.2 Características
- 4.3 Evicção total e parcial
- 4.4 Disciplina no novo Código Civil

5 VÍCIOS REDIBITÓRIOS

- 5.1 Conceito
- 5.2 Características
- 5.3 Prazos para a alegação do vício
- 5.4 Tratamento legislativo da matéria no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor

6 EFEITOS DOS CONTRATOS

- 6.1 Noção geral
- 6.2 Efeitos perante as partes contratantes
- 6.3 Efeitos perante terceiros-estipulações em favor de terceiros e promessa de fato de terceiros

7 EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

- 7.1 Noção geral

- 7.2 Terminologia
- 7.3 Extinção pelo cumprimento das obrigações
- 7.4 Pela morte
- 7.5 Pela cessão
- 7.6 Pelo decurso do tempo
- 7.7 Resolução do contrato
- 7.8 Resilição do contrato
- 7.9 Rescisão do contrato

8 DECLARAÇÕES UNILATERAIS DE VONTADE

- 8.1 Conceito
- 8.2 Promessa de recompensa
- 8.3 Gestão de negócios

9 CONTRATOS EM ESPÉCIE

- 9.1 Compra e venda
- 9.2 Promessa de compra e venda
- 9.3 Troca
- 9.4 Doação
- 9.5 Locação
- 9.6 Prestação de serviços
- 9.7 Empreitada
- 9.8 Empréstimo (comodato e mútuo)
- 9.9 Depósito
- 9.10 Mandato
- 9.12 Seguro
- 9.13 Jogo
- 9.14 Aposta
- 9.15 Fiança
- 9.16 Compromisso

DIREITO CONSTITUCIONAL – ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO ESTADO

- 1 PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA
- 2 A ORDEM ECONÔMICA E O DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO
- 3 INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ATIVIDADE ECONÔMICA
- 4 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
- 5 AS POLÍTICAS URBANA E AGRÁRIA
- 6 AS AGÊNCIAS REGULADORAS
- 7 A ORDEM SOCIAL

DIREITO PENAL – PENAS

1 HISTÓRICO DA PENA

- 1.1 Direito Penal Romano.
- 1.2 Direito Penal Germânico.
- 1.3 Direito penal Canônico.
- 1.4 Período Humanitário.
- 1.5 A pena capitalista.

- 1.6 A relação cárcere-fábrica.
- 1.7 A pena como fórmula de anulação do processo comunicativo.

- 2 OS FUNDAMENTOS DISCURSIVOS DO SISTEMA PUNITIVO**

- 3 MODALIDADES DE PENA E SISTEMAS PENITENCIÁRIOS**

- 4 FIXAÇÃO DA PENA (1ª PARTE)**
 - 4.1 As circunstâncias judiciais do art. 59.
 - 4.2 Atenuantes e agravantes genéricas.
 - 4.3 Causas gerais e especiais de aumento e diminuição de pena.

- 5 FIXAÇÃO DA PENA (2ª PARTE)**
 - 5.1 Concurso de crimes
 - 5.2 Regras de substituição
 - 5.3 Fixação de regime inicial de cumprimento de pena.

- 6 FIXAÇÃO DA PENA DE PRISÃO (PRÁTICA)**

- 7 PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS**
 - 7.1 Antecedentes das penas alternativas.
 - 7.2 Cominação e aplicação.
 - 7.3 Substituição.
 - 7.4 Espécies de penas alternativas.
 - 7.5 Penas pecuniárias.
 - 7.5.1 Origem.
 - 7.5.2 Conceito.
 - 7.5.3 Sistema dos dias-multa.
 - 7.6 Aplicação.

- 8 AS MEDIDAS DE SEGURANÇA**
 - 8.1 Histórico.
 - 8.2 Monismo e Dualismo.
 - 8.3 Aplicação no Direito penal brasileiro.

- 9 EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE**
 - 9.1 Reclusão e detenção.
 - 9.2 Regimes penais.
 - 9.3 Prisão domiciliar.
 - 9.4 Progressão e regressão.
 - 9.5 Exame criminológico.
 - 9.6 Detração.
 - 9.7 Direitos do preso.
 - 9.8 Trabalho prisional.
 - 9.9 Remição.
 - 9.10 Regime disciplinar diferenciado.

- 10 TEORIA DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS (1ª PARTE)**
 - 10.1 Suspensão condicional da pena.
 - 10.2 Livramento condicional.

11 TEORIA DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS (2ª PARTE)

- 11.1 A Lei 9.099/95.
- 11.2 A suspensão do processo e a transação.
- 11.3 Efeitos da condenação e reabilitação.

12 A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

- 12.1 Especial atenção à prescrição.

13 EXECUÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS

- 13.1 Conversão.
- 13.2 Aplicação substitutiva.
- 13.3 Execução da pena de multa.

14 AÇÃO PENAL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCESSO DE CONHECIMENTO

1 PROCESSO DE CONHECIMENTO

- 1.1 Formação,
- 1.2 Suspensão e Extinção do Processo.
- 1.3 Procedimentos comum ordinário e sumário.

2 PETIÇÃO INICIAL

- 2.1 Requisitos
- 2.2 Formas de pedido
- 2.3 Juízo de Admissibilidade.

3 ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

4 RESPOSTA DO RÉU

- 4.1 Espécies de Defesa
- 4.2 Prazos.
- 4.3 Contestação.
- 4.4 Reconvenção.
- 4.5 Exceções.
- 4.6 Revelia

5 PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

- 5.1 Verificação do efeito da revelia.
- 5.2 Declaração Incidental.
- 5.3 Alegações do Réu.

6 SANEAMENTO E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

- 6.1 Questões de direito e de fato.
- 6.2 Julgamento antecipado da lide.
- 6.3 Audiência de Conciliação e Saneamento.

7 FASE PROBATÓRIA

- 7.1 Princípios gerais da prova.
- 7.2 Provas típicas e atípicas.

- 7.3 Depoimento pessoal e confissão.
- 7.4 Prova documental.
- 7.5 Prova testemunhal.
- 7.6 Prova pericial.
- 7.7 Inspeção Judicial.
- 7.8 Audiência de Instrução e Julgamento.
- 7.9 Alegações Finais.

8 SENTENÇA

- 8.1 Requisitos e estrutura.
- 8.2 Efeitos.
- 8.3 Classificação.
- 8.4 Falhas corrigíveis e nulidades.
- 8.5 Sentença líquida e ilíquida.

9 COISA JULGADA

- 9.1 Conceitos.
- 9.2 Formal e Material.
- 9.3 Eficácia.
- 9.4 Limites objetivos e subjetivos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1.1 Definição
- 1.2 O Estado de Direito
- 1.3 Atividade Administrativa
- 1.4 Função Administrativa
- 1.5 Regime Jurídico de Direito Público.

2 PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

- 2.1 Noção de princípio.
- 2.2 Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público.
- 2.3 Legalidade.
- 2.4 Moralidade.
- 2.5 Publicidade.
- 2.6 Impessoalidade.
- 2.7 Igualdade/Isonomia.
- 2.8 Eficiência administrativa.
- 2.9 Proporcionalidade.
- 2.10 Motivação

3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

- 3.1 Estrutura Administrativa.
- 3.2 Órgãos. Autarquias.
- 3.3 Empresas Públicas.
- 3.4 Sociedades de Economia Mista.
- 3.5 Fundações Públicas.
- 3.6 Entidades paraestatais.

4 PODERES ADMINISTRATIVOS.

- 4.1 Vinculação e
- 4.2 Discricionariedade.

5 ATO ADMINISTRATIVO.

- 5.1 Conceito.
- 5.2 Aspectos do ato administrativo.
 - 5.2.1 SujeitoConteúdo
 - 5.2.2 Forma
 - 5.2.3 Motivo
 - 5.2.4 Finalidade.
- 5.3 Atributos do ato administrativo.
 - 5.3.1 Presunção de legitimidade
 - 5.3.2 Impertividade
 - 5.3.3 Auto-executoriedade.
- 5.4 Classificação dos atos administrativos.
- 5.5 Formalização dos atos administrativos.
- 5.6 Categorias formais dos atos administrativos quanto ao conteúdo.
- 5.7 Produção dos atos administrativos.
- 5.8 Extinção dos atos administrativos.
- 5.9 Revogação e anulação.

6 PROCESSO ADMINISTRATIVO.

- 6.1 Prodecimentalização das atividades administrativas.
- 6.2 Etapas do proceso administrativo.

7 BENS PÚBLICOS.

- 7.1 Definição.
- 7.2 Classificação
- 7.3 Características.
- 7.4 Afetação e desafetação.

8 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- 8.1 Controle interno e externo.
- 8.2 Formas de controle.
- 8.3 Limites ao controle da administração pública.

DIREITO CIVIL - DIREITO REAIS

1 DIREITO DAS COISAS

- 1.1 Noção geral
- 1.2 Princípios
- 1.3 Características
- 1.4 Diferenças com os direitos pessoais
- 1.5 Relação jurídica de Direito Real

2 DA POSSE

- 2.1 Noção geral
- 2.2 Diferenças com a detenção
- 2.3 Características

- 2.4 Função social da posse
- 2.5 Modos de aquisição da posse
- 2.6 Efeitos da posse
 - 2.6.1 A defesa da posse-reintegração de posse
 - 2.6.2 Manutenção de posse
 - 2.6.3 Interdito proibitório
- 2.7 Perda da posse
 - 2.7.1 Hipóteses

3 DA PROPRIEDADE EM GERAL

- 3.1 Noção de propriedade
- 3.2 Características da propriedade
- 3.3 Aquisição da propriedade
- 3.4 Usucapião
 - 3.4.1 Noção geral
 - 3.4.2 Espécies
 - 3.4.3 Requisitos
 - 3.4.4 Disciplina na Constituição Federal e no Código Civil
- 3.5 Perda da propriedade
- 3.6 O sistema de registro da propriedade imóvel

4 CONDOMÍNIO

- 4.1 Noção geral
- 4.2 Características
- 4.3 Disciplina legal

5 CONDOMÍNIO EDILÍCIO

- 5.1 Noção geral
- 5.2 Características
- 5.3 Constituição
- 5.4 Administração
- 5.5 Despesas
- 5.6 Extinção

6 DIREITOS DE VIZINHANÇA

- 6.1 Conceito
- 6.2 Características
- 6.3 Uso anormal da propriedade
- 6.4 Árvores limítrofes
- 6.5 Passagem forçada
- 6.6 Aguas
- 6.7 Limites entre prédios
- 6.8 Direito de tapagem
- 6.9 Direito de construir

7 DOS DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA

- 7.1 Noção geral
- 7.2 Características
- 7.3 Servidões
- 7.4 Usufruto
- 7.5 Uso

- 7.6 Habitação
- 7.7 Direito do promitente comprador

8 DIREITO AUTORAL

- 8.1 Noção geral
- 8.2 Características
- 8.3 Disciplina jurídica

9 DIREITOS REAIS DE GARANTIA

- 9.1 Conceito
- 9.2 Características
- 9.3 Penhor
- 9.4 Hipoteca
- 9.5 Anticrese

DIREITO EMPRESARIAL – DIREITO SOCIETÁRIO

1 A SOCIEDADES E SUAS TEORIAS.

- 1.1 Ato constitutivo da sociedade e sua natureza.
- 1.2 O ato constitutivo da sociedade e sua natureza.
- 1.3 Teorias contratualistas e anticontratualistas;
- 1.4 A desconsideração da personalidade jurídica.

2 O SÓCIO

- 2.1 Direitos e deveres do sócio;
- 2.2 A cota social e o Sócio menor;
- 2.3 Sociedade entre marido e mulher;
- 2.4 Sócio pessoa jurídica;
- 2.5 Sociedade subsidiária e sociedade holding;
- 2.6 Sociedade unipessoal.

3 ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES

- 3.1 Nome empresarial e domicílio;
- 3.2 Estabelecimento;
- 3.3 Objeto social;
- 3.4 Administração social;
- 3.5 Capital social e patrimônio;
- 3.5 Aumento de capital;
- 3.6 Sociedades regulares e irregulares;
- 3.6 Sociedades de pessoas e de capitais;
- 3.7 Sociedades de responsabilidade limitada, ilimitada e mista.

4 QUADRO SOCIAL E SUAS MUTAÇÕES

- 4.1 Cessão de cotas;
- 4.2 Falecimento, interdição e insolvência de sócio;
- 4.3 Apuração de haveres.

5 TIPOS DE SOCIEDADE

- 5.1 Normas gerais de direito societário;
- 5.2 Sociedade simples;

- 5.3 Sociedade em nome coletivo;
- 5.4 Sociedade em comandita simples.

6 DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

- 6.1 Dissolução;
- 6.2 Liquidação;
- 6.3 Partilha.

7 SOCIEDADE LIMITADA

- 7.1 Características;
- 7.2 A responsabilidade limitada;
- 7.3 Legislação aplicável;
- 7.4 Campo de aplicação;
- 7.5 Administração;
- 7.6 Delegação.
- 7.7 A cota social;
- 7.8 Cessão de cotas;
- 7.9 Caução de cotas;
- 7.10 Aquisição das próprias cotas pela sociedade;
- 7.11 Direito de preferência;
- 7.12 O processo decisório;
- 7.13 O direito de recesso.

8 SOCIEDADE ANÔNIMA

- 8.1 Características;
- 8.2 Sociedade em comandita por ações;
- 8.3 Denominação da sociedade anônima;
- 8.4 Companhias abertas e fechadas;
- 8.5 A sociedade brasileira e a empresa brasileira de capital nacional;
- 8.6 A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil;
- 8.7 As subsidiárias de sociedades estrangeiras.

9 CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA

- 9.1 Subscrição pública;
- 9.2 Subscrição particular;
- 9.3 Os fundadores, o projeto de estatutos e prospecto;
- 9.4 Registro público de empresas mercantis e publicidade.

10 A INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL

- 10.1 Integralização em dinheiro, bens ou créditos;
- 10.2 Avaliação e transferência de bens;
- 10.3 A responsabilidade dos avaliadores e subscritores.

11 AÇÕES

- 11.1 Conceito e natureza da ação;
- 11.2 Ações com e sem valor nominal;
- 11.3 Preço de emissão e ágio;
- 11.4 Classificação das ações;
- 11.5 Espécies e classes das ações;
- 11.6 Formas das ações;
- 11.7 Circulação das ações;

11.8 Livros sociais.

12 DEBÊNTURES

- 12.1 Conceitos, finalidades e confronto com ações;
- 12.2 Emissão e séries;
- 12.3 Correção monetária e rendimento;
- 12.4 Vencimento, amortização e resgate;
- 12.5 Garantias e limites de emissão;
- 12.6 Formalidades à colocação de debêntures;
- 12.7 Debêntures conversíveis em ações.

13 OUTROS TÍTULOS DE EMISSÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

- 13.1 Partes beneficiárias;
- 13.2 Bônus de subscrição;
- 13.3 Opção de compra de ações.

14 O ACIONISTA

- 14.1 O direito de voto;
- 14.2 O acionista controlador.

15 ASSEMBLÉIA GERAL

- 15.1 Convocação, quorum, representação e legitimação;
- 15.2 O pedido de procuração;
- 15.3 Assembléia-geral ordinária;
- 15.4 Assembléia Geral extraordinária;
- 15.5 Assembléias especiais;
- 15.6 Direito de recesso.

16 ADMINISTRAÇÃO

- 16.1 Órgãos administrativos;
- 16.2 Conselho de administração;
- 16.3 A eleição dos conselheiros e o processo do voto múltiplo;
- 16.4 Diretoria e a investidura dos administradores;
- 16.5 Remuneração;
- 16.7 Deveres dos administradores.

17 CONSELHO FISCAL

- 17.1 O órgão e sua composição;
- 17.2 Funcionamento permanente ou eventual;
- 17.3 Remuneração e responsabilidades;
- 17.4 As auditorias independentes.

18 EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

- 18.1 Dissolução;
- 18.2 Liquidação;
- 18.3 Partilha e extinção.

19 TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO

- 19.1 Transformação;
- 19.2 Incorporação, fusão, cisão.

20 CONTROLADORAS E CONTROLADAS

- 20.1 Controladas e coligadas;
- 20.2 Participação recíproca;
- 20.3 Subsidiária integral;
- 20.4 Alienação de controle;
- 20.5 Oferta pública para aquisição de controle;
- 20.6 Incorporação de companhia controlada; e
- 20.7 Grupos de sociedades.

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

1 DOS CRIMES CONTRA A VIDA

- 1.1. Homicídio: simples, qualificado, privilegiado, culposo;
- 1.2. Aborto. Auto-aborto. Aborto provocado por terceiro. Aborto qualificado. Aborto legal.

2 DAS LESÕES CORPORAIS

- 2.1. Lesão corporal: simples, grave, gravíssima, privilegiada, culposa.
Lesão corporal seguida de morte.

3 DOS CRIMES CONTRA A HONRA

- 3.1 Calúnia;
- 3.2 Difamação;
- 3.3 Injúria;
- 3.4 Disposições comuns. Exclusão do crime. Retratação. Ação penal.

4 DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

- 4.1 Seqüestro e cárcere privado;
- 4.2 Redução a condição análoga à de escravo.

5 DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

- 5.1 Furto. Simples, qualificado;
- 5.2 Roubo: Roubo simples, aumentado, latrocínio;
- 5.3 Extorsão: Extorsão simples, mediante seqüestro, qualificada, seguida de morte, diminuída, indireta;
- 5.4 Apropriação indébita: Simples;
- 5.5 Estelionato: Simples, modalidades fraudulentas;
- 5.6 Duplicata simulada;
- 5.7 Receptação: simples qualificada, privilegiada;
- 5.8 Disposições gerais.

6 DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES

- 6.1 Estupro;
- 6.2 Atentado violento ao pudor;
- 6.3 Disposições gerais.

7 DOS CRIMES CONTRA PAZ PÚBLICA

- 7.1 Quadrilha ou bando.

8 DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

- 8.1 Moeda Falsa: Simples, privilegiada;

- 8.2 Falsificação de documento público;
- 8.3 Falsidade ideológica;
- 8.4 Uso de documento falso.

9 DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 9.1 Dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral;
 - 9.1.1 Peculato: simples, culposo;
 - 9.1.2 Concussão: simples, excesso de exação, qualificada;
 - 9.1.3 Corrupção passiva;
 - 9.1.4 Prevaricação;
- 9.2 Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral;
 - 9.2.1 Corrupção ativa;

10 DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

- 10.1 Denúnciação caluniosa;
- 10.2 Falso testemunho ou falsa perícia;
- 10.3 Corrupção de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete;
- 10.4 Coação no curso de processo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – RECURSOS

1 TEORIA GERAL DOS RECURSOS

- 1.2 Duplo grau de jurisdição.
- 1.3 Classificação.
- 1.4 Efeito.
- 1.5 Pressupostos de Admissibilidade.
- 1.6 Juízo de Admissibilidade.
- 1.7 Juízo de Mérito. Princípios ditos inspiradores do sistema recursal brasileiro
 - 1.7.1 Da correspondência,
 - 1.7.2 Da taxatividade
 - 1.7.3 Da unicidade,
 - 1.7.4 Da fungibilidade,
 - 1.7.5 Da proibição de *reformatio in pejus*,
 - 1.7.6 Duplo grau de jurisdição.

2 APELAÇÃO

- 2.1 Noções gerais
- 2.2 Objeto
- 2.3 Legitimidade
- 2.4 Interposição
- 2.5 Juízo de retração
- 2.6 Conteúdo
- 2.7 Efeitos e processamento.

3 AGRAVO

- 3.1 Noções gerais
- 3.2 Cabimento
- 3.3 Espécies e regimes
- 3.4 Interposição e procedimento
- 3.5 Juízo de retração

3.6 Efeitos.

4 EMBARGOS DECLARATÓRIOS

5 EMBARGOS INFRINGENTES

6 RECURSOS INOMINADOS

7 RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO

8 EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.

9 CORREIÇÃO PARCIAL

10 AÇÃO RESCISÓRIA